

AC-RS: a certificação unificada.

Ao reunir os Três Poderes estaduais num esforço conjunto para implementar uma autoridade certificadora única, o Rio Grande do Sul apresenta ao país um modelo a ser seguido por outros Estados e até mesmo pela União. O projeto da Autoridade Certificadora do Rio Grande do Sul, compartilhado entre Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público, tem como objetivo a desmaterialização dos processos da administração pública estadual, explica Vinicius Pimentel de Freitas, integrante do Comitê Gestor da AC-RS. E isso significa adequar todos os sistemas, software e processos usados no setor público, de forma a melhorar a gestão e os serviços prestados à população.

A grande contribuição da AC-RS, entretanto, é a busca de integração entre os diversos órgãos do governo, o que evita a duplicidade de esforços e gastos aos cofres públicos. O trabalho conjunto, com uma governança compartilhada, dá ao projeto maior economia de escala e ainda permite dividir investimentos e despesas de manutenção da Autoridade Certificadora, numa iniciativa de racionalização do uso do dinheiro público. Em vez de cada órgão criar sua própria AC, os representantes dos Três Poderes no Estado

assinaram, em julho de 2005, um termo de cooperação técnica, que deu início à preparação do projeto conjunto de implantação da autoridade certificadora. Outro termo de cooperação foi assinado com o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), da Casa Civil, responsável pela Infra-Estrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil). Na avaliação dos responsáveis, haverá ganhos com a unificação dos investimentos e com a sinergia de esforços de todos os poderes e órgãos da Administração Pública do Rio Grande do Sul, e a simplificação do uso por parte dos cidadãos. A implantação da AC-RS deve ser concluída em julho de 2007. A previsão é que termine 2007 com a emissão de 100 mil certificados: 10 mil para funcionários públicos e 90 mil para clientes do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Barrisul). Em cinco anos, a AC-RS deve emitir 5 milhões de certificados, num trabalho que promete repercutir não só no setor público, mas também na vida das pessoas. O Comitê Gestor da AC-RS prevê a oferta de novos serviços eletrônicos, melhoria no atendimento ao cidadão e na qualidade dos serviços, e aumento da transparência e da segurança nos sistemas de informação. A tramitação de projetos na Assembléia Legislativa, por exemplo, poderá ser eletrônica. No Tribunal de Justiça do Estado, o sistema informatizado de julgamento de processos, com assinatura digital de acórdãos e outros documentos, já é utilizado desde 2004. Na Secretaria de Fazenda, devem vir avanços com a instituição do ICMS Eletrônico e implantação de um sistema informatizado de ordenamento de despesas. Haverá impactos em todas as áreas da administração pública, já que a certificação digital permite a modernização com maior segurança e garantia de integridade dos documentos assinados eletronicamente. A AC-RS decidiu terceirizar os procedimentos operacionais para emissão de certificados. A empresa que vencer a licitação será responsável pelo fornecimento de infra-estrutura operacional da AC, emissão de certificados, prestação de serviços de consultoria técnica e treinamento em certificação digital.

Autoridade Certificadora do Rio Grande do Sul

Projeto: Autoridade Certificadora do Rio Grande do Sul

Parceiros: Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, Ministério Público do Rio Grande do Sul, Banco do Estado do Rio Grande do Sul e Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul.

Implementação: julho de 2007 (previsão)

Tempo de desenvolvimento do projeto - 36 meses

Investimento: R\$ 658 mil

www.ac.rs.gov.br

Minas inova na gestão social

A maioria dos municípios é desprovida de um modelo de informação suportado por tecnologia, e quando há, seu uso se dá de forma fragmentada. Em Minas Gerais essa constatação acabou gerando o Banco de Dados Social, um programa que visa a inovação do modelo de gestão social nos municípios. O foco inicial do programa é construir uma rede tecnológica para melhorar a qualidade dos serviços no atendimento às famílias de baixa renda e em condições de vulnerabilidade social.

O projeto resultou também da necessidade de se localizarem os excluídos para definir ações sociais de forma precisa. Para suprir essa demanda, foram integradas as equipes de saúde da família, que apóiam a construção do mapa georreferenciado compartilhado entre as áreas de saúde e assistência social.

O modelo tecnológico desenvolvido é centrado na convergência de informações provenientes de diferentes cadastros federais, como dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), do Sistema de Informações da Atenção Básica (Siab) e Cadastro Único. Para facilitar a identificação dos problemas sociais nos municípios, o programa utiliza o GeoTools, uma ferramenta de *Business Intelligence* que centraliza e depura os dados dos cadastros e alimenta o Banco de Dados Social, que por sua vez

se comunica com os sistemas Cogitare (ferramenta do Programa Saúde da Família) e GeoSocial (Sistema de Informação da Atenção Social). O programa ainda pode incorporar outras bases de informações como do IBGE e outras do próprio município.

Com a integração de informações o Estado já diagnosticou a necessidade de se ampliar a rede de inclusão digital. Atualmente Minas Gerais mantém 170 telecentros e estuda implementar outros 130 nas áreas em que há demanda por esse tipo de atendimento. A expectativa é que os dados pautem também ações nas áreas de educação, segurança pública e de infra-estrutura de transporte e habitação.

Para os municípios integrarem a rede basta assinar um convênio com o Estado, que cria um Centro de Vocação Tecnológica, doa e implementa o software e faz a transferência da inteligência do projeto. A contrapartida do município é ceder pessoal e estender o projeto para todos os núcleos de atendimento de saúde da família e assistência social.

Já assinaram convênio com o Estado 16 municípios, que estão construindo redes de atenção social e vão mapear e atender mais de 20 mil famílias. Os municípios são: Araçuaí, Bocaiúva, Diamantina, Divinópolis, Fronteira, Itabirito, Itapagipe, Januária, João Monleivade, Montes Claros, Patos de Minas, Pirapora, Santa Vitória, São João Del Rei, Uberaba e Vespasiano. Para 2007 a previsão é integrar outras dez cidades e, em 2008, a expectativa é alcançar 108 centros de vocação tecnológica no Estado.

O Banco de Dados Social é parte do Projeto Estruturador de Inclusão Digital do Estado e uma das ações do Plano Plurianual de governo. Até agora o Estado injetou recursos da ordem de R\$ 900 mil no programa. Segundo William Brandt, gerente do projeto e assessor da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais, a secretaria está pleiteando outros R\$ 450 mil para 2007. Para estender o projeto a todos os 853 municípios mineiros, estima-se que seja necessário um investimento R\$ 8 milhões por ano.

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais

Projeto: Banco de Dados Social

Parceiros: Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa da UFMG, Depto. de Comunicação Social da UFMG, Depto. de Estatística da UFMG, Laboratório de Estatística Espacial da UFMG, PUC Minas.

Parceira indireta em software: Inpi (parte do sistema está sendo desenvolvida com base no sistema Terra View)

Integrador: Universidade Federal de Minas Gerais

Software: Plataforma de Saúde - Geotech; Plataforma Educacional - DoctorSys; Sistemas operacionais - Windows e SQL Server MDE da Microsoft (sem custo para o município)

Investimento: R\$ 900 mil

www.bdsocial.mg.gov.br

A assinatura digital torna a Justiça mais ágil

O projeto de Assinatura Digital, desenvolvido pela Secretaria de Informática do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), pretende resolver o problema do excesso de documentos que o presidente do Tribunal tem para assinar. Atualmente, apenas uma parte dos procedimentos realizados pela assessoria jurídica da presidência do TJDFT está automatizada.

Esses procedimentos são necessários para a expedição de ofícios, minutas de votos, despachos, etc. Os atos geram documentos a serem assinados pelo desembargador. A solução apresentada possibilita a digitalização de assinaturas e a impressão da firma do magistrado em vários documentos simultaneamente. Ou seja, o desembargador dá apenas uma assinatura, que é válida para um lote de documentos.

A solução é composta por um *tablet* biométrico de digitalização, um software proprietário e uma API para integração. Além disso, a equipe da Secretaria de Informática desenvolveu um módulo específico para assinatura e certificação digital, dentro do Sistema Processual de 2ª Instância (SISPL), integrado ao software e hardware de digitalização. As assinaturas digitalizadas pelo equipamento biométrico são analisadas a partir de um cadastro

prévio. Para cada novo usuário do sistema são colhidas seis assinaturas, as quais são analisadas pelo software e utilizadas para formar um padrão individual. Durante o ato da assinatura de documentos, quesitos como pressão e inclinação da caneta no *tablet*, velocidade do traço e tempo gasto para a assinatura são avaliados para identificar o usuário e imprimir sua assinatura nos documentos pretendidos. A firma impressa no papel é a mesma assinada no *tablet*, não havendo a necessidade de armazenamento dessa assinatura em nenhum equipamento.

Os documentos assinados com a solução biométrica têm a sua segurança garantida por um *hash* matemático, que invalida a assinatura se houver qualquer alteração no corpo do documento. Aliada à solução de assinatura, o processo de certificação digital está de acordo com os padrões definidos pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação e com a legislação específica para a matéria, dando a validade legal aos documentos gerados eletronicamente.

Os certificados digitais são do tipo e-CPF, padrão A3, gerados e armazenados em *token* criptográfico, que são de posse individual de cada magistrado. Todos os documentos assinados digitalmente são imediatamente certificados. Com o intuito de dar total transparência ao sistema, os documentos gerados eletronicamente pelo SISPL recebem um selo e um código de verificação, permitindo a conferência do documento impresso com o seu original. A conferência pode ser feita por meio do site do TJDFT, bastando ao interessado instalar dois software, que podem ser obtidos gratuitamente na página de consulta, e fornecer o código impresso no documento.

Com o projeto, o Tribunal espera uma diminuição significativa do tempo necessário para a assinatura dos atos e remessa aos tribunais superiores. A expectativa é que esse projeto impulse outras iniciativas para aumentar a informatização da Justiça do Distrito Federal, com a otimização dos procedimentos, redução de custos e aumento da eficácia das atividades do TJDFT.

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Projeto: Assinatura Digital na Presidência

Parceiros: Certisign e Sycad

Hardware: Servidores - Dell; Processadores - Intel; Switches - Enterasys; Armazenamento - StorageTek e Vert.

Software: Sistema operacional - Linux Red Hat; Aplicativos - Visual Basic e Microsoft; Banco de Dados - Caché Intersystems; Segurança - ICP Brasil, certificação digital; Certisign e Pen Flow, biometria por assinatura; Sycad, IPS e IDS.

www.tjdf.gov.br

Os sistemas de governo já falam a mesma língua

A Arquitetura Referencial de Interoperação dos Sistemas Informatizados de Governo (AR) nasceu para possibilitar a troca de mensagens e dados entre os sistemas do governo, que foram criados de forma isolada. A AR estabelece padrões a serem adotados pelos órgãos públicos para saírem do isolamento. Proposto pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, a AR é um modelo de arquitetura de interoperação de sistemas nos moldes da arquitetura e-PING.

A AR é um modelo SOA (Arquitetura Orientada a Serviços) adaptado à realidade dos sistemas informatizados de governo. E se propõe, via adesão de parceiros, a criar uma forma padronizada de tornar disponíveis e acessíveis serviços automatizados e gerenciados de governo. A AR, portanto, encara a questão de forma global: fornece uma camada de abstração de alto nível, onde o que importa são os serviços oferecidos e como os mesmos podem ser organizados, e não mais sua plataforma ou arquitetura de implementação. Os *web services* são serviços aderentes a esse paradigma. São universalmente acessíveis (através da Internet) e asseguram a interoperabilidade através de XML, que independe de plataforma.

A arquitetura referencial prevê duas classificações para os sistemas: os gestores de serviços e os sistemas clientes. O sistema gestor de serviços tem uma atividade finalística definida e fornece essa funcionalidade como um serviço. Já o sistema cliente acessa os sistemas em busca de dados. E ainda prevê uma terceira situação em que os serviços são buscados em mais de um sistema. O mesmo sistema, dependendo da situação, pode ser encarado como Sistema Gestor de Serviço, e em outra ocasião agir como um Sistema Cliente.

A AR tem como componente a acessibilidade de serviços por meio de *web services*, com ferramentas para medir o número de acessos, a qualidade dos dados fornecidos, e aferição de satisfação dos clientes. Prevê ainda a criação de um catálogo de serviços, sistema de documentação, de pesquisa e de armazenamento de dados.

Para aderir à AR os Sistemas Informatizados de Governo deverão estar de acordo com a política de Uso do Catálogo de Serviços do e-PING e se cadastrar ou se habilitar em serviços através desse catálogo. A gestão do Catálogo de Serviços do e-PING é descentralizada por assuntos de governo. O gestor do assunto de governo, indicado pela arquitetura e-PING, é responsável pela administração dos serviços relacionados ao assunto de governo sob sua responsabilidade. Os responsáveis pelos Sistemas Gestores dos Serviços que aderiram à AR formam um colegiado, que é responsável pela Gestão do Catálogo de Serviços Informatizados de Governo junto aos gestores do e-PING.

A gestão do Catálogo de Serviços de Governo é feita pelo i3Gov, sistema aderente à AR, na qualidade de sistema cliente dos sistemas estruturadores de governo. O i3Gov conta com informações gerenciais contextualizadas através de documentação dos macroprocessos, metadados e dos serviços importantes prestados pelos sistemas estruturadores. Concebido na forma de prototipação evolutiva, o i3Gov se apóia em um ambiente permanente de desenvolvimento de documentação e de análise de informações em tempo real.

Ministério do Planejamento

Projeto: Arquitetura Referencial de Interoperação de Sistemas

Parceiro: Coppe (Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia) da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Software: Sistema operacional - GNU/Linux; Aplicativos - i3Gov; Banco de dados - MySQL; Segurança - OpenBSD, Packet Filter, Carp e PFSync.

www.planejamento.gov.br

A solução de São Paulo para gerenciar a capacitação

O Sistema de Capacitação do Governo do Estado de São Paulo, desenvolvido pela Fundap (Fundação do Desenvolvimento Administrativo), possibilita o gerenciamento e controle de todos os cursos, e suas respectivas turmas, oferecidos para os servidores do Estado. Vinculada à Casa Civil, a Fundap dedica-se à consultoria organizacional, formação de recursos humanos, desenvolvimento de novas tecnologias para gestão administrativa e pesquisa aplicada.

Os programas de formação da Fundap, que tem em sua estrutura a Escola de Governo e Administração Pública (Egap), são oferecidos na modalidade presencial e utilizam metodologia que enfatiza a prática do trabalho com base em conceitos e ferramentas necessários para definir e superar os problemas que afetam o desempenho do serviço público. De acordo com o gerente de TIC da Fundap, Wilber Linhares, o desenvolvimento do sistema teve como objetivo assegurar adequado suporte de informática para atender às demandas decorrentes do programa de capacitação dos servidores públicos do Estado de São Paulo. O projeto contemplou também um sistema de gerenciamento, controle

e avaliação para a Escola de Governo da Fundap e o aperfeiçoamento da área da escola no site da Fundap no ambiente Internet.

Como resultado, diz Wilber Linhares, o sistema de capacitação viabilizou o aumento de ofertas de cursos, criando modalidades diferenciadas de temas e promovendo o remanejamento de locais de aulas. Foi criado na Fundap um banco de dados que acessa todas as informações fornecidas sobre capacitação para os servidores públicos. Já foram cadastradas cerca de 700 mil pessoas, entre servidores, consultores e pessoas jurídicas. Mais de 100 mil servidores já participaram de pelo menos um curso de capacitação. Outras 50 mil pessoas já utilizaram o sistema no curso de informática básica para servidores públicos do Estado de São Paulo. A Fundap destaca que o sistema de capacitação pode ser utilizado e customizado por qualquer órgão do governo, uma vez que os módulos que compõem a solução são baseados em software e técnicas de programação de fácil acesso no mercado como: ASP; Visual Studio 6; Win 2003 Server; SQL Server 2000; PhotoShop; Dreamweaver; Componente COM PLUS e AJAX. O sistema foi desenvolvido internamente e está hospedado no datacenter da Prodesp (Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo).

A infra-estrutura utilizada simplifica e padroniza o ambiente operacional: a manutenção ocorre em camadas, mantendo o sistema de gerenciamento de banco de dados independente do ambiente Web. “O sistema está disponibilizado na Internet, garantindo sua usabilidade, independente da localização geográfica do servidor público. Assim identificamos a necessidade de oferecer um serviço personalizado e de qualidade, disponibilizando uma central de atendimento, que tem como objetivo fazer a interface entre os servidores públicos do Estado e a Fundap”, informa Wilber Linhares. Além da Fundap, o sistema de capacitação tem sido usado pelo IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) e pela Rede do Saber, que gerenciam cursos de inclusão digital.

Fundap – Fundação do Desenvolvimento Administrativo

Projeto: Sistema de Capacitação do Governo do Estado de São Paulo

Parceiros: Prodesp (para infra-estrutura e *datacenter*) e Rede do Saber e IPT (para cursos).

Hardware: Servidores web e storage - Itautec

Software: Sistema operacional e banco de dados - Microsoft

Tempo de desenvolvimento: 2 meses

www.fundap.sp.gov.br

O sistema único dá eficiência à Justiça do Trabalho

Celeridade e qualidade na prestação jurisdicional. Esses são os principais objetivos do Sistema Integrado de Gestão da Informação da Justiça do Trabalho. Ele faz parte do Plano Estratégico de Informática da Justiça do Trabalho, que prevê ações até 2011 e investimentos de R\$ 500 milhões, incluídos no Plano Plurianual 2004/2011. A gestão dos recursos está a cargo do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).

As principais ações do projeto destinam-se à implantação do Sistema Único de Administração de Processos (SUAP), em substituição aos mais de 80 sistemas, hoje em funcionamento nos 25 tribunais. O SUAP permitirá a instalação do processo virtual, o que confere uma nova dinâmica ao andamento do processo, resultando em redução significativa do tempo de tramitação e julgamento e dos custos operacionais envolvidos.

Para suportar esse novo sistema, a Justiça do Trabalho está investindo no reaparelhamento tecnológico completo das varas e dos tribunais do trabalho. Esse investimento compreende a padronização do parque de equipamentos e das soluções de infra-estrutura. Diversas soluções, em fase de implantação, servirão de base ao SUAP. O e-JUS (Sistema Informatizado para as Salas de Sessões), por exemplo, permite a elaboração e revisão de propostas de voto e julgamento de processos eletronicamente nas sessões. E ainda há a possibilidade de assinatura digital nos acórdãos, durante a sessão. Tem também os sistemas para a Carta Precatória Eletrônica, sistema para salas de audiência (AUD), para o Cálculo Único, para trafegar documentos com certificação digital da ICP-Brasil (e-DOC), Escritório do Advogado, Gabinete Virtual, entre outros.

Boa parte dos recursos para a implantação das aplicações foi adquirida em 2004 e 2005. O ano de 2006 está sendo dedicado à implantação e ao desenvolvimento dos sistemas unificados e à contratação da Rede da Justiça do Trabalho. Em 2007 inicia-se a integração das aplicações já desenvolvidas com os sistemas unificados. Com a implantação do projeto, a partir de um planejamento estratégico nacional, a Justiça do Trabalho vai superar as desigualdades regionais

em infra-estrutura tecnológica, a falta de integração entre os sistemas e a cultura do papel. E terá mais agilidade na tramitação e julgamento dos processos. Para desenvolver e implantar as tecnologias, o CSJT criou oito grupos de trabalho, compostos de representantes de cinco tribunais. Afinal, o projeto vai romper paradigmas, o que exige o comprometimento de todos os envolvidos. São 1.378 varas espalhadas por mais de 600 localidades do país, 24 tribunais regionais e o Tribunal Superior do Trabalho.

As alterações de procedimentos decorrentes do projeto repercutem na rotina dos juízes, advogados, servidores e das pessoas que precisam do serviço da Justiça do Trabalho, além de mais transparência e democratização das informações. Outro resultado que não pode ser desprezado é a melhor utilização dos recursos públicos destinados a área de TI, com a padronização das plataformas tecnológicas, da utilização de software livres, sempre que possível, de aquisições em escala nacional, do uso de tecnologias de comunicação para a realização de treinamentos a distância, videoconferências e telefonia IP.

Tribunal Superior do Trabalho e Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Projeto: Sistema Integrado de Gestão da Informação da Justiça do Trabalho

Parceiros: Adobe, AMD, BRY Tecnologia, Certisign, CheckPoint, Dell, Módulo Security, HP, IBM, Intel, Itautec, Internet Security Systems, Lacerda Sistemas de Energia, LG, McAfee, OKi Printing Solutions, Oracle Brasil, Philips, Samsung, Serasa, Serpro, ThinSoft e Xerox.

Investimento: R\$ 500 milhões (até 2011)

www.tst.gov.br

www.csjt.gov.br

O TRF, na era do processo digital.

O Processo Judicial Digital foi implantado pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região para tornar a Justiça mais rápida e eficaz. O diagnóstico do próprio TRF aponta o processo em papel e a forma de atuar dos magistrados, servidores e advogados como principais causas da morosidade da Justiça. Soma-se a isso “a litigiosidade excessiva, principalmente por parte do Poder Público, no caso da Justiça Federal”, excesso de formalismo do Direito Processual, carência de servidores, magistrados e recursos materiais. A instituição do Processo Judicial Digital nos Juizados Especiais Federais da 5ª Região da Justiça Federal trouxe resultados imediatos: o processo digital tem um tempo médio de 125 dias, enquanto o processo comum dura em média 504 dias.

A medida resultou em outros impactos positivos, entre eles a redução de custos. A eliminação dos gastos com papel, toner para impressoras a laser, grampeadores, perfuradores, carimbos, tinteiros e outros materiais de expediente foi substancial. Advogados, procuradores e as partes também se beneficiaram, já que tinham que usar os mesmos materiais na preparação

dos processos. A estimativa é que o TRF da 5ª Região tenha economizado R\$ 3,2 milhões com a implantação do sistema digital. O cálculo considerou um custo médio de R\$ 20 por processo aplicado sobre os 160 mil processos digitais distribuídos desde a implantação do Juizado Digital. Os R\$ 3,2 milhões economizados referem-se apenas aos custos diretos relativos aos insumos utilizados no processo físico.

O processo digital eliminou tarefas de intermediação, estabelecendo a comunicação direta por meio da Internet, de forma segura e de maneira que tudo ficasse registrado em arquivos de computador. Além da redução de custos e agilidade na tramitação dos processos, o programa objetiva a simplificação da atuação jurídica, o reaproveitamento de servidores em atividades intelectuais, melhoria da gestão da administração da Justiça, a eliminação do acúmulo de processos e o acompanhamento efetivo das atividades cartorárias.

O Processo Judicial Digital segue os princípios que orientam os Juizados Especiais Federais, especialmente os da informalidade, simplicidade e economia processual, e resultou num sistema judicial mais acessível e eficiente, econômico, seguro e ecologicamente adequado.

Outra vantagem, apontada pelo TRF da 5ª Região, é a facilidade para dar entrada numa ação judicial: é possível ingressar com uma ação de qualquer lugar do mundo, basta ter um computador com conexão à Internet. Isso, segundo o tribunal, aproxima o cidadão do Judiciário e contribui para a resolução dos conflitos.

O emprego da tecnologia provoca ainda avanços na economia e no conhecimento, e estimula a inclusão digital. Na visão do TRF, o computador e a Internet são hoje as principais ferramentas para obtenção do conhecimento. Dessa maneira, acredita, estimulando a utilização desses instrumentos, o Poder Judiciário está disseminando a tecnologia pelo interior do país e com isso promovendo seu crescimento e desenvolvimento.

Tribunal Regional Federal da 5ª Região

Projeto: Processo Judicial Digital: Perspectiva da Justiça Federal da 5ª Região

Estados: Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Parceiro: Infox

Hardware: Servidores - HP e VMware; Processadores - AMD; Switches - IBM; Storage - IGM.

Software: Sistema operacional - Linux Red Hat; Aplicativo - Creta; Banco de dados - PostgreSQL.

Tempo de desenvolvimento: 15 meses

Investimento: R\$ 800 mil

www.trf5.gov.br

Uma plataforma integrada para recursos humanos

O Estado do Rio Grande do Sul investiu R\$ 11,5 milhões em equipamentos, banco de dados, aplicativos e profissionais para desenvolver uma plataforma nova e integrada de sistemas de gestão de recursos humanos e folha de pagamento. O projeto de modernização buscou eliminar a redundância de dados, redução de cálculos manuais na folha de pagamento e revisão da alocação de pessoal destinado a cuidar de 280 mil servidores de 25 órgãos do Estado. Metade dos recursos do projeto veio do PNAF (Programa de Modernização Fazendária e Administrativa) do Ministério da Fazenda.

O projeto, denominado Promofaz, precisou de 18 meses para ser elaborado, exigiu a parceria entre as Secretarias de Fazenda, de Administração de Recursos Humanos e da Procergs (Empresa de Processamento de Dados do Estado). A colaboração das três áreas foi fundamental, já que cada uma tem a responsabilidade por uma etapa do *workflow*: a administração cuida da gestão do pessoal e do envio das informações para pagamento, a Fazenda elabora o cálculo de pagamento e a Procergs faz o processamento dos dados da folha.

Para garantir que a nova arquitetura fosse desenvolvida com o apoio de todos interessados, o governo regulamentou, por decreto, a Comissão de Execução de Recursos Humanos do Estado. Desde o início ficou claro para a comissão que, além de modernizar o sistema, era necessário integrar a base de dados. Para tanto foi necessário reformular e desburocratizar os processos, etapa para a qual foi contratada a MBS Consulting; e parametrizar os cálculos da folha de pagamento e automatizar o processamento da folha. A ferramenta usada foi o pacote de sistema Ergon, da Techne Engenharia de Sistemas. A migração dos sistemas começou em dezembro de 2004 e durou até março deste ano. O pacote trouxe novas funcionalidades como gestão de pessoal, planejamento de recursos humanos, gestão de concursos, medicina e segurança do trabalho e aposentadoria. Além disso, as melhorias no atendimento ao funcionário público permitiram que o Estado enxergasse melhor os investimentos

nas áreas básicas de assistência ao cidadão, como escolas, postos de saúde e delegacias.

No sistema anterior, que somava cerca de 20 sistemas desenvolvidos na sua maioria pela Procergs e por consultorias externas em períodos diferentes, os salários eram calculados de forma manual. Eram cerca de 50 mil informações de valores salariais calculados por mês. Com esse alto volume de dados, o Estado alojava uma equipe de cerca de 2 mil profissionais em toda a atividade operacional de folha e da gestão das informações de RH. Com a folha de pagamento gerada automaticamente e calculada por parâmetros pré-estabelecidos, os funcionários passarão a atuar de maneira mais estratégica dentro do governo, como, por exemplo, fazendo serviços de auditoria e controle.

E com banco de dados único e integrado e o sistema baseado em *web*, os gestores dos três órgãos conseguem atualizar e compartilhar as informações de maneira remota, eliminando processos burocráticos. A expectativa é ampliar o volume de informações gerenciais e ter subsídios para melhorar o atendimento ao servidor. O próximo passo será estender o sistema para o ambiente da administração indireta, autarquias e fundações, num total de 20 empresas.

Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul

Projeto: Recursos Humanos do Estado - RHE

Parceiros: Secretaria da Fazenda, Secretaria da Administração e Recursos Humanos e Procergs (institucional) e Techne (software).

Integrador: Procergs

Consultoria: MBS Consulting (redesenho de processos)

Hardware: Servidores - HP; Switches - diversos fabricantes, entre eles Extreme Networks e 3COM; Storage - EMC (produção, desenvolvimento e homologação).

Software: Sistema operacional dos servidores - Linux; Aplicativos - Oracle; Banco de dados - Oracle.

www.sefaz.rs.gov.br

Sergipe economiza com sua Rede Governo

Com pouco mais de um ano de operação, a Agência de Tecnologia da Informação de Sergipe (Agetis) conseguiu colocar em operação seu maior projeto: a Rede Governo de Sergipe. Com o crescimento exponencial da Internet e seus serviços associados – e-mails, troca de arquivos, e-commerce, e-government –, as necessidades de interligação e compartilhamento de dados no Estado cresceram em ritmo acelerado. Diante desse quadro, a Rede Governo de Sergipe surgiu da necessidade de se alinhar e modernizar a rede de comunicação do Estado e interligar cerca de 75 pontos da administração.

A rede foi desenhada para integrar órgãos da administração pública ou organizações, no âmbito de todo o Estado, unificar as redes existentes e eliminar as redundâncias de links de comunicação de dados, visando assegurar o melhor aproveitamento dos recursos públicos e, ainda, ampliar o acesso aos sistemas de informação e à Internet para escolas públicas, hospitais, delegacias, prefeituras e demais organizações de interação direta com a sociedade. Uma das soluções selecionadas foi a de VoIP (Voz sobre Internet) e videoconferência,

e ambas deverão estar implementadas até o final de 2007.

Na etapa inicial foram investidos cerca de R\$ 4 milhões na modernização dos ativos – servidores, storage e na rede de segurança. A rede está sendo feita pela Telemar, operadora com a qual o Estado assinou contrato por cinco anos – avaliado em R\$ 90 milhões – para o serviço de dados e telefonia fixa e móvel. A Agetis contratou também a Siemens para integrar e gerenciar a prestação de serviços e a segurança e funcionamento da rede governo. O contrato, de R\$ 17,4 milhões, por cinco anos, inclui também a infra-estrutura de PABX.

O ganho para o cidadão, no futuro, será a oferta de Internet pública – para tornar realidade a Inclusão Digital no Estado – em pontos como em escolas, delegacias e órgãos da administração. Denominado Ponto Único de Presença, o Estado está instalando, em parceria com a Telemar, terminais com software livre nas escolas. Já estão em funcionamento três laboratórios. Nesses pontos o Estado aproveita para testar outra tecnologia de ponta: acesso sem-fio à rede. A Rede Governo usa também o serviço de telefonia móvel da operadora Oi. O Estado tem 1,5 mil celulares ativos para os servidores públicos. Segundo a Agetis, a utilização da operadora única gera economia de 2/3 em relação aos custos do Estado no passado. No contrato com as parceiras do projeto, uma novidade. Com a Siemens, por exemplo, a cada projeto em que a integradora gera economia para o Estado, a empresa ganha uma porcentagem sobre a economia obtida. E pelo contrato, obrigatoriamente, a redução mínima sobre todos os gastos de Sergipe com TI é de 20%. Já com a Telemar, o Estado estabeleceu que a parceira ficaria incumbida de modernizar a infra-estrutura tecnológica. Em comodato, o Estado utiliza os equipamentos – são cerca de 17 servidores, além de equipamentos de armazenamento, bibliotecas, roteadores – e ao final do contrato, a Agetis tem a opção de manter os equipamentos.

Agência de Tecnologia da Informação de Sergipe

Projeto: Rede Governo de Sergipe

Integrador: Siemens

Conexão: Telemar

Hardware: Servidores - HP; Processadores - Intel; Switches - Enterasys e Radware; Storage - HP.

Software: Call Center - Siemens; Sistemas operacionais - Linux Debian, Linux Red Hat Enterprise e Windows; Sistemas aplicativos - Legado Adabas Natural e Expresso (aplicações de workflow, e-mail e catálogo de usuário); Banco de dados - PostgreSQL, MySQL, Oracle, MS SQL e ADABAS (da infra-estrutura do Estado); Segurança - IDS - Enterasys; Firewall - Aker; Proxy cache - Blue Coat.

www.agetis.se.gov.br

Em Santos, os benefícios sociais sob controle.

Com o objetivo de manter um cadastro com os dados dos usuários dos serviços de assistência social, a Prefeitura Municipal de Santos implantou, em 1998, o projeto RIS (Rede de Informações Sociais). Após oito anos de funcionamento, foram detectadas novas necessidades e hoje ele passa por uma reformulação, visando a atualização tecnológica do sistema e o atendimento a novas necessidades da Secretaria de Assistência Social e da municipalidade. Um dos módulos implantados é o pagamento dos programas de transferência de renda do município, que possibilitou, em conjunto com o Banco do Brasil, que as famílias inscritas no Programa Nossa Família recebam seus benefícios em qualquer caixa eletrônico do BB.

O sistema gerencia e faz o diagnóstico das necessidades da população na área de assistência social, a partir de informações do próprio serviço do governo municipal e das diversas entidades conveniadas. Dispõe de funcionalidades para cadastramento individual e de grupos familiares, registro de pesquisas da condição financeira, social, escolar, de saúde e de moradia.

A RIS conta hoje com 67 mil registros individuais, atingindo 21 mil famílias, com históricos de educação, trabalho, fluxo migratório, dados de moradia, distribuição de recursos, produtos e benefícios, possuindo diversos relatórios para análise dessas informações.

O sistema foi desenvolvido em plataforma cliente-servidor, com linguagem Visual Basic e banco de dados SQL Server, e dispõe de um módulo disponibilizado na Internet chamado Cesta Básica-RIS, que foi desenvolvido na linguagem PHP.

A migração do sistema RIS para a web usa a linguagem Java e banco de dados Oracle. O sistema foi modelado para a integração com o Pró-Social do Governo do Estado e com o Cadastramento Único do Governo Federal, além dos Sistemas Integrados de Saúde e Administração de Materiais e Gestão Escolar, desenvolvidos pela equipe da Prefeitura Municipal de Santos. Essa integração possibilitará a criação de uma base única de consulta na área da assistência social, educação e saúde,

utilizando-se da tecnologia do geoprocessamento. O sistema permite o cruzamento de informações sobre distribuição de recursos e benefícios, e também o dimensionamento das necessidades assistenciais da população de baixa renda, ou seja, permite evitar fraudes, como, por exemplo, que uma mesma pessoa seja duplamente beneficiada pelos programas públicos. O sistema tem ainda ferramentas para auxiliar na realização de estudos sócio-econômicos, de vulnerabilidade social, mapeamento digital e pode gerar indicadores. O sistema RIS tem um módulo de gerenciamento de programas de transferência de renda, como Bolsa Família, Agente Jovem, PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, BPC – Benefício de Prestação Continuada (governo federal), Renda Cidadã, Ação Jovem (governo do estado) e PNF – Programa Nossa Família (governo municipal). Esse módulo gerencia o Programa Nossa Família da Prefeitura de Santos, que atende 500 famílias que possuem renda per capita de meio salário mínimo por pessoa e propiciou a criação, em setembro, do 1º Cartão Cidadão do município.

Prefeitura Municipal de Santos

Projeto: Rede de Informação Social

Parceiros: Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Santos, Fundo Social de Solidariedade e Organizações Não Governamentais (ONGs) da Rede de Proteção Social.

Hardware: Processador - Intel

Software: Sistema operacional - Microsoft; Aplicativos - Visual Basic e Cristal Report (BO); Banco de dados - Microsoft.

Investimento: R\$ 500 mil

www.santos.sp.gov.br

Um sistema na medida para pequenos municípios

Para atender a demanda dos municípios e universidades por informatização, a Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência do Rio Grande do Sul e a Universidade Federal de Santa Maria desenvolveram, em 1999, dois pacotes: o SIM (Sistema de Informação Municipal) e o SIE (Sistema de Informações do Ensino). O primeiro pacote reúne oito módulos principais – atendimento ao cidadão, recursos humanos, serviços gerais, legislação, protocolo e controle de processos, planilha de cálculos, administração tributária, e execução orçamentária e financeira – e está operando em quatro cidades: Uruguaiana (RS), Santa Maria (RS), Pelotas (RS) e Campinas (SP). Além disso, está em implementação em Sorocaba (SP). O segundo pacote tem as mesmas ferramentas do SIM, só que customizadas para as necessidades do setor acadêmico, e foi adotado por 15 universidades federais e duas instituições de ensino particulares. A novidade é que, depois de quatro anos apoiando os órgãos públicos, a Fatec diagnosticou que só o pacote de sistemas de gestão de recursos não é suficiente para corresponder às necessidades dos municípios e universidades. Por isso, em 2004 começou a desenvolver o SIGAnalysis, um programa de extração de dados automáticos, que funciona

como a solução de mercado de BI (Business Intelligence). Uma inovação para a área pública, já que a ferramenta possibilita ao administrador ter acesso a dados capturados em todas as bases de dados dos sistemas – seja o SIM/SIE ou de outros fornecedores.

Antes de trabalhar no SIGAnalysis, a Fundação e a UFSM realizaram uma pesquisa junto a gestores públicos e consultores (especialistas nas áreas de patrimônio, finanças, tributária, fiscal, recursos humanos e acadêmica) para estabelecer os parâmetros da ferramenta e descobrir as necessidades reais de coleta e extração de dados. Conclusão: o SIGAnalysis já tem pré-estabelecidos mais de 200 indicadores de performance das administrações baseados nas informações extraídas no SIM e no SIE. Entre os indicadores, há o perfil da dívida ativa, análise de despesas e receita do município, análise temporal da liquidez do fluxo de caixa e curva da dívida e da arrecadação.

As ferramentas desenvolvidas pela Fundação estão homologadas pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e por isso estão pré-qualificadas para atender às entidades públicas que buscam recursos do PMAT (Programa de Modernização Administrativa e Tributária).

Os sistemas devem migrar para uma solução web. Baseada na linguagem Java, já está sendo desenvolvida. A Fatec está estudando a parceria com empresas de processamento públicas – municipal, estadual ou federal –, para que possam hospedar a solução que vai rodar nos municípios. A expectativa é reduzir o custo da solução para atender as necessidades de modernização e informatização das cidades com menos de 20 mil habitantes, as mais carentes de soluções. Dados do IBGE apontam que mais de 4,7 mil cidades têm esse perfil.

A implementação dos sistemas de gestão leva, em média, 18 meses, dependendo do tamanho da prefeitura ou da universidade e do número de módulos contratados. A força de implementação da Fatec e da UFSM é de 100 técnicos que ajudam a manter a ferramenta atualizada.

Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência (Fatec) do Rio Grande do Sul

Projeto: SIGAnalysis

Parceiro: Universidade Federal de Santa Maria (RS)

Integradores: Computeasy, CDA, CTA e Sig.

Software de banco de dados: IBM e Oracle

Investimento: R\$ 1 milhão

Tempo de desenvolvimento: 18 meses

Indicadores: 200 cadastrados

www.ufsm.br/cpd

www.fatec.ufsm.br

Integração para as universidades federais

Uma plataforma desenvolvida pela Universidade Federal de Minas Gerais, e já em funcionamento na Secretaria de Educação Superior do MEC e nas 56 universidades federais brasileiras, vai permitir ao Ministério da Educação gerar relatórios detalhados das instituições de ensino. Será possível, por exemplo, saber quantos alunos estão matriculados, quantos ingressaram naquele ano na universidade e quantos foram diplomados. “Inicialmente, esses dados vão servir para orientar o MEC nas decisões políticas e para definir orçamentos”, informa Ilka Moreira, coordenadora geral de acompanhamento das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior) e Hospitais Universitários do MEC.

O sistema, chamado de PING-IFES, permite a troca de informações no sistema federal de ensino superior, além de fazer a coleta de dados nas instituições, e foi desenvolvido de acordo com o e-PING (Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico), estabelecido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento. “O PING-IFES reúne um conjunto de padrões que permitem expansão de dados e a adesão de novos participantes, a entrada de novos fornecedores de dados, novos serviços e novos clientes”, explica o professor Osvaldo Carvalho, do Departamento de Ciência da Computação da UFMG. O MEC investiu R\$ 910 mil no desenvolvimento da plataforma, que roda tanto em software livre quanto em sistemas proprietários. “Cada instituição tem seu servidor e não há restrições para o banco de dados. O MySQL é recomendado para as universidades e utilizado no servidor central, mas roda também Oracle ou DB2”, explica Carvalho. O servidor central está hospedado na UFMG e roda em Linux. A identificação dos servidores usa certificação digital e os usuários são identificados por uma autenticação federativa, com tecnologia Shibboleth, desenvolvida pela Internet 2.

Na primeira versão, o sistema oferece quatro módulos: de importação (extrai dados de bases corporativas e alimenta a base de dados padronizada da instituição); de gerência (permite o exame e a extração de relatórios com dados da base padronizada e oferece a possibilidade

de ajustes na base, feitos pelo gestor IFES para corrigir efeitos de problemas no fluxo de dados de sua instituição); módulo de coleta (instalado no MEC, esse módulo permite ao gestor acompanhar o processo de coleta, alertando sobre atrasos ou possíveis problemas); e o módulo de visualização e análise da secretaria (acessa a base PING-IFES SESU e produz indicadores, relatórios e gráficos, que auxiliam o MEC em suas atividades de acompanhamento e planejamento do sistema federal de ensino superior).

Os primeiros relatórios estão sendo gerados este ano, com base nas informações das universidades federais, relativos a 2005 (a base será sempre em relação ao ano anterior) e já serão usados na definição do orçamento de 2007, de acordo com Ilka. Numa segunda fase, o MEC pretende gerar dados para pesquisas, identificar em que disciplinas os alunos são diplomados, estudar a evasão, etc. “Essas informações vão direcionar as políticas nacionais e da própria universidade e ajudarão na avaliação do processo de expansão”, informa a coordenadora do MEC.

Universidade Federal de Minas Gerais

Projeto: PING-IFES (Sistemas e Padrões para Troca de Informações no Sistema Federal de Ensino Superior)

Parceiro: Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação

Software: Banco de dados - sem restrições; MySQL é recomendado para as universidades, e utilizado no servidor central, mas roda também Oracle ou DB2. Segurança - identificação de servidores por certificação digital e de usuários por autenticação federativa, com tecnologia Shibboleth. Sistema operacional - o servidor central, na UFMG, roda em Linux. Nas 56 universidades, o sistema operacional usa tanto softwares quanto proprietários.

www.pingifes.lcc.ufmg.br/

Um padrão para os portais de Alagoas

A Fábrica de Sítios, desenvolvida pelo Instituto de Tecnologia em Informática e Informação do Estado de Alagoas (Itec), é um ambiente, em software livre, de produção sistematizada de portais para o poder executivo do Estado. O objetivo do governo é integrar todas as informações governamentais numa plataforma única, padronizando métodos, processos e ferramentas de gestão de conteúdo, e também, instituindo a disseminação de informações. O projeto permitirá ao Estado alagoano, de maneira rápida, instrumentalizar as fontes de informação com modelos de gestão da informação, biblioteca de componentes e aplicações web, para criar uma identidade visual corporativa aos portais e sites do governo. Com o projeto, o Itec espera melhorar a qualidade das informações, aumentar a oferta de serviços, reduzir custos de desenvolvimento e custos operacionais de prestação de serviços. Além disso, a expectativa é redesenhar os processos administrativos para dar maior interatividade na relação governo e sociedade. Os conteúdos veiculados vão desde a catalogação de leis e decretos do Poder Executivo Estadual,

por meio do portal do gabinete civil; relacionamento direto com o cidadão no portal da Ouvidoria Geral, ou ainda, informações e serviços sobre uma das principais potencialidades econômicas do Estado, que é o turismo, no portal do turismo de Alagoas. Ao todo já foram desenvolvidos nove sites do governo: do próprio Itec, da Secretaria do Planejamento, do Gabinete Militar, do Gabinete Civil, da Controladoria, da Ouvidoria, da Gestão Pública, do Turismo e de Combate aos Crimes Tributários. No contexto tecnológico, a Fábrica de Sítios utiliza-se de software livres, permitindo que o desenvolvimento seja feito com baixo custo e possibilidade de customização dos ambientes, de acordo com cada produto gerado. A tecnologia utilizada para a criação, desenvolvimento e gestão dos portais é o ambiente ZOPE/Plone, um sistema de código aberto para gerenciamento de conteúdos em ambientes digitais.

Outra preocupação do Itec foi desenvolver uma ferramenta que entregasse as informações em conformidade com padrões internacionais. Por isso, a arquitetura e os conceitos da fábrica foram estruturados para facilitar a acessibilidade e a assimilação dos produtos e serviços do governo pelo cidadão, bem como a navegabilidade dos portais. Já as interfaces foram desenvolvidas levando em consideração a universalização do acesso à informação por diversos canais, como Internet, celular, PDAs.

A fábrica adota ainda as práticas do PMI (Project Management Institute) para a gerência de projetos, é compatível com o padrão W3C (World Wide Web Consortium) para interoperabilidade na Internet, e aos padrões e-MAG, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento e Gestão.

O investimento do Estado foi de R\$ 180 mil para o desenvolvimento em 12 meses. Os parceiros envolvidos foram a Secretaria Coordenadora de Planejamento, Gestão e Finanças, o Consórcio Telemar-Unisys, a Universidade Federal de Alagoas e o Conselho de Informática Pública do Estado de Alagoas.

Instituto de Tecnologia em Informática e Informação do Estado de Alagoas

Projeto: Fábrica de Sítios do Poder Executivo do Estado de Alagoas

Parceiros: Universidade Federal de Alagoas, Secretaria Coordenadora de Planejamento, Gestão e Finanças, Conselho Estadual de Informática Pública e Consórcio Telemar-Unisys.

Hardware: Servidores - HP/Compaq; Processadores - Intel; Ativos de Rede - Cisco Systems; Storage - HP/Compaq.

Software: Sistema Operacional - Slackware Linux; Servidor Web - Apache Foundation; Servidor de Aplicação - Zope Corporation; Software de gestão de conteúdo - Plone Foundation; Banco de Dados - Zope Corporation.

www.itec.al.gov.br

O Mato Grosso do Sul economiza, comprando melhor.

O Sistema Gestor de Compras (SGC), desenvolvido pela Superintendência de Compras e Suprimento (Central de Compras), vinculada à Secretaria de Estado de Gestão Pública do Mato Grosso do Sul, reúne 45 unidades gestoras, operacionalizando serviços e integrando governo, fornecedores e a população.

Foram investidos R\$ 550 mil no desenvolvimento do sistema, implementado pela empresa AZ Informática, e a estimativa do governo é de uma economia acumulada de R\$ 190 milhões, nos quatro anos de uso do SGC – a implementação começou em 2002 e levou um ano.

A informatização do sistema tornou mais transparentes os processos de compras governamentais, conforme destaca Waldomiro Morelli Junior, superintendente da Central de Compras: “Todas as modalidades de licitação (convite, tomada de preços, concorrência, pregão presencial, pregão eletrônico e leilão), além das compras com inexigibilidade e dispensa de licitação são realizadas pelo Sistema Gestor de Compras”, explica Morelli Junior.

A implementação proporcionou à Central de Compras um controle mais efetivo sobre o tempo de tramitação dos processos, identificando pontos de lentidão. Além de possibilitar um controle quantitativo detalhado dos materiais consumidos em cada órgão e a geração automática de documentos, como editais e convites, permitindo mais agilidade na convocação de fornecedores, maior quantidade de ofertas e menor preço. O sistema trouxe facilidades também para os fornecedores, que podem cadastrar-se, alterar dados cadastrais, consultar e retirar editais e acompanhar o resultado de processos e recursos por meio eletrônico.

Da mesma forma, o Sistema Gestor de Compras permite que os órgãos solicitantes realizem consultas, preencham formulários, acompanhem processos e consultem dados estatísticos, como os preços médios praticados em licitações passadas (para estimar os preços de aquisições futuras).

Da mesma forma, o sistema disponibiliza para os órgãos fiscalizados, como Ministério Público e Tribunal de Contas, o acompanhamento e controle

das compras de todos os órgãos estaduais. Qualquer cidadão também pode acompanhar as compras públicas, em todas as suas etapas. Entre as inovações do sistema, Morelli Junior destaca a rapidez, transparência e segurança nos processos de compras (são iniciados, tramitam e são concluídos pelo sistema, com participação e acompanhamento dos órgãos, com celeridade, eficiência e economia); a disponibilidade do pregão presencial em tempo real na web; o uso mais freqüente do pregão eletrônico, modalidade que aumenta a competitividade e gera redução nos custos das compras; assim como da modalidade compras diretas eletrônicas.

O sistema usa tecnologia de *workflow*, permitindo aos usuários dos órgãos acompanharem o andamento de um determinado processo; além de permitir que a tramitação de processos seja totalmente eletrônica na modalidade de registro de preço e dispensa de licitação; e a integração e padronização nos procedimentos de compras de todos os órgãos do governo do Estado (45 unidades gestoras), reduzindo erros na preparação de documentos do processo. O resultado é que a melhor gestão das compras tem gerado 25% de economia aos cofres públicos.

Superintendência de Compras e Suprimentos - Secretaria de Gestão Pública do Mato Grosso do Sul

Projeto: Sistema Gestor de Compras do Mato Grosso do Sul

Parceiro: AZ Informática

Investimento: R\$ 550 mil

Tempo de desenvolvimento: 12 meses

Tempo de implementação: 12 meses

Economia gerada para o governo desde a

implementação: R\$ 190 milhões (2002 até o 1º semestre de 2006)

www.centraldecompras.ms.gov.br

Alagoas usa a mobilidade para democratizar a informação

O Estado de Alagoas aposta no crescimento das tecnologias móveis (m-Gov) como interface para comunicação com o cidadão alagoano. Antes de criar o projeto Cidadania Móvel, o Estado mediu o número de celulares ativos e constatou mais de 1,1 milhão de linhas habilitadas, sendo que o crescimento anual de linhas é de aproximadamente 30%. Os estudos também indicaram o custo do tráfego de dados, que, segundo as estimativas, deve garantir o sucesso do projeto: menos de R\$ 0,01 por kbyte trafegado.

Levando em consideração esses dois vetores – custo e número de usuários – o Estado lançou, em maio, o Cidadania Móvel, projeto de disseminação de serviços e informações. Operando no <http://wap.itec.al.gov.br>, o Estado oferece, para celulares e PDAs, conteúdos de notícias, informações de portarias estaduais, extratos de leis e decretos, dados sobre processos administrativos e acompanhamento dos trâmites nos sistemas do protocolo geral. Além disso, o Cidadania Móvel permite que o cidadão disponha de serviços voltados para a gestão do trânsito, como consulta da regularidade de veículos – descrição, taxas, valores – e consulta da situação de um condutor e da validade da Carteira Nacional de Habilitação.

O Cidadania Móvel oferece também um serviço considerado inovador pelo Estado. Denominado Segurança Cidadã, o serviço permite ao cidadão de Alagoas que dispõe de um celular, automaticamente, ser considerado um agente de segurança. Com o sistema, o usuário – seja o cidadão comum, seja um agente público – pode consultar, em tempo real, a situação de um veículo. Durante a consulta da placa de um veículo, o cidadão alagoano pode se comunicar com o Centro de Defesa Social e informar uma situação de roubo, furto, ou ainda se um veículo tem placa falsa ou clonada. Com isso, o Estado espera empregar, de maneira tática, estratégica e operacional, uma ação mais ostensiva para capturar automóveis ilegais.

O projeto, que faz parte do programa de Governo Eletrônico do Estado, foi desenvolvido em 12 meses e teve investimentos de R\$ 80 mil. A expectativa do Itec (Instituto de TI de Alagoas) é ampliar o acesso aos serviços públicos em 5%, já que 40% da população do Estado têm um celular.

Como instrumento de democratização do acesso à informação, o Estado está estudando a viabilidade de ampliar os serviços móveis para todas as áreas de atendimento ao cidadão. Além de educação, segurança pública, trânsito e gestão administrativa, estão na pauta o desenvolvimento e a migração de serviços nas áreas de saúde, agropecuária, ciência e tecnologia, administração e recursos humanos. Na evolução do Cidadania Móvel, Alagoas já prepara sistemas de consulta a empregos, matrícula, rematrícula e consulta a notas escolares, além da ampliação dos serviços de segurança pública. Foram utilizadas tecnologias abertas em XML, com padrões do W3C (World Wide Web Consortium) e OASIS (Organization for the Advancement of Structured Information Standards). O sistema está habilitado para tecnologias WAP, JME, SMS e XHTML. O projeto foi desenvolvido pelo Itec, em parceria com a Secretaria Coordenadora de Planejamento, Gestão e Finanças, e o Conselho Estadual de Informática Pública.

Instituto de Tecnologia em Informática e Informação de Alagoas

Projeto: Cidadania Móvel

Parceiros: Secretaria Coordenadora de Planejamento, Gestão e Finanças, Conselho Estadual de Informática Pública, Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Consórcio Telemar-Unisys.

Hardware: Servidores - HP/Compaq; Processadores - Intel; Ativos de Rede - Cisco Systems; Storage - HP/Compaq.

Software: Sistema Operacional - Microsoft; Produto - Microsoft Windows 2000 Server; Aplicativos - Apache Foundation.

Ambiente de desenvolvimento: Sun Java; Banco de Dados: MySQL AB.

Investimento: R\$ 80 mil

Tempo de desenvolvimento: 12 meses

www.itec.al.gov.br/cidadaniamovel

Passaporte para o primeiro mundo

Pronto para ser implantado, o novo passaporte brasileiro exigiu um esforço conjunto do Serviço de Processamento de Dados do Governo Federal (Serpro), do Departamento de Polícia Federal (DPF) e da Casa da Moeda do Brasil para aproveitar as mais modernas tecnologias existentes e dotar o país de um documento com padrões internacionais de segurança. São 16 novos itens de segurança, que tornarão praticamente impossível falsificar o documento brasileiro.

A criação e adoção de um novo passaporte, seguindo as normas internacionais, fazem parte do Programa de Modernização, Agilização, Aprimoramento e Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro (Promasp), instituído em 1996 e que compreende o Sistema Nacional de Passaporte (Sinpa) e o Sistema de Tráfego Internacional (STI). Para fazer o controle da entrada e saída de pessoas do país, previsto no STI, o Serpro contratou, por licitação, a Bull, que ficou responsável pelo Sistema de Identificação e Autenticação de Documentos de Viagem. A Bull se encarregou do fornecimento de maquinário e parte dos software e do trabalho de integração dos sistemas aos dos equipamentos. A empresa desenvolveu software capazes de ler os diversos documentos de viagem, como carteira de identidade (aceita no Mercosul) e os passaportes atuais.

O projeto do novo passaporte compreende um sistema completo de controle do tráfego internacional, que será instalado em todos os portos, aeroportos e pontos de fronteira. O sistema possui tecnologia que fará a leitura mecânica dos dados impressos no passaporte, inclusive os biométricos, possibilitando um maior controle na entrada e saída de pessoas do Brasil. Os sistemas seguem orientações de normas internacionais estabelecidas pela International Civil Aviation Organization (Icao), agência vinculada às Nações Unidas, responsável por definir os critérios de segurança dos documentos oficiais de viagem dos países membros.

A integração com outros bancos de dados, como o cadastro de procurados e impedidos de deixar o país, permite à Polícia Federal obter informações online sobre cada pessoa que esteja saindo ou entrando no Brasil.

Caberá à Casa da Moeda a confecção do novo passaporte e a personalização dos dados do requerente. Para isso, já está investindo na aquisição dos equipamentos necessários à modernização da caderneta. A expectativa é que cerca de 80% do material utilizado seja nacional. O Serpro recebeu a missão de encontrar a melhor solução tecnológica para viabilizar os sistemas do passaporte, o que engloba todo o hardware e software envolvidos, incluindo a parte de criptografia e certificação digital, que será utilizada no tráfego de dados entre os sistemas. Cabe à empresa disponibilizar toda a solução tecnológica que será instalada nos postos da Polícia Federal, bem como os de leitura do código de barras bidimensional que serão impressos no passaporte. Todas as informações dos requerentes de passaporte serão armazenadas em um banco de dados do DPF e repassadas, por meio de rede segura, à fábrica da Casa da Moeda do Brasil, no Rio de Janeiro, que irá personalizar o passaporte. A entrega do passaporte também será controlada por uma nova identificação biométrica.

Serpro

Projeto: Passaporte - Identificação e Autenticação de Documentos de Viagem

Parceiro: Viisage Inc.

Integrador: Bull

Hardware: Servidores - Bull e Dell; Processadores - Intel.

Software: Sistema operacional - Linux e Microsoft

Aplicativos: Viisage (204 licenças de software de identificação / autenticação de documentos de viagem e mais 4 licenças de software de atualização de base de dados de documentos)

Banco de dados: Identificação e autenticação de documentos de viagem - Oracle, TomCat, Java e Webmail.

www.serpro.gov.br

Pernambuco parte para a rede convergente

A rede PE-Multidigital nada mais é do que a infovia do governo do Estado de Pernambuco, que adotou uma tecnologia convergente de voz, dados e imagem, num modelo inovador, que permite a expansão dos serviços de teleinformática à sociedade, com gestão integrada e baseada em informações gerenciais para a tomada de decisões, economia de escala e otimização dos recursos envolvidos na prestação de serviços. Ao elaborar o edital para licitação da rede – vencida pelo consórcio Telemar, Siemens e Vectra – o governo de Pernambuco procurou estruturar um projeto de rede que proporcionasse qualidade e expansão dos serviços, com otimização de recursos e economia de escala – o governo estima redução de 53% nos custos, com economia da ordem de R\$ 83 milhões em relação ao sistema anterior, que custaria R\$ 156 milhões, no período de quatro anos.

Ao mesmo tempo, a rede PE-Multidigital buscou inovações tecnológicas para garantir a interconectividade entre os órgãos do governo em todas as regiões do Estado, além de duas cidades, fora Brasília e São Paulo, para onde é direcionada a maior parte das ligações de longa distância. Com a nova rede, as despesas com voz e

comunicação de dados passaram a ser controladas por um Sistema de Informações Gerenciais, ao mesmo tempo em que foram disponibilizadas, na mesma infra-estrutura de serviços e meios de telecomunicações, aplicações de informática suportando a transmissão de dados, voz e imagem (convergência de redes). As inovações permitiram a inclusão do serviço de voz fixa, com o tráfego de voz intragoverno e extragoverno, gerando redução de custos.

Além dos aspectos técnico-econômicos, o projeto previu a integração de serviços, que vão desde sistemas de gerenciamento com facilidades e controles especializados, até a instalação de um centro de operações de rede (NOC na sigla em inglês), sistemas de segurança e numa nova infra-estrutura da Agência de TI de Pernambuco. A rede PE-Multidigital começou a ser desenhada em março de 2003, passou por um processo de consulta pública, recebendo mais de 20 contribuições de empresas interessadas em prestar os serviços, no período de 2004 e 2005, ano em que foi publicado o edital definitivo. O processo de licitação foi concluído em novembro de 2005 e, em março de 2006, teve início a implementação da rede, que deve durar um total de 18 meses. O projeto contempla a instalação de 174 pontos de acesso multidigital (um principal na capital abrangendo 11 municípios, e outros 173 pontos cobrindo o interior do Estado); atendimento a 2.840 pontos-clientes multidigitais (PCMs), entre a Região Metropolitana (920) e o interior do Estado (1.920); e instalação de 19.250 pontos de voz fixos. Na área social, estabelece a implementação de três salas de videoconferência na Região Metropolitana do Recife; nove salas de videoconferência nos municípios de Araripina, Arcoverde, Belo Jardim, Caruaru, Garanhuns, Nazaré da Mata, Palmares, Petrolina e Salgueiro; instalação de 50 Espaços para Cidadania Digital (unidades para acesso à Internet), e instalação de duas unidades do Expresso Cidadão (postos de serviços eletrônicos), em Caruaru e Petrolina, com capacidade para 50 mil atendimentos por mês.

Secretaria de Administração e Modernização do Estado de Pernambuco

Projeto: Rede PE-Multidigital

Parceiros: equipe interna da ATI, com apoio da Lanlink e Tempest (segurança).

Integrador: ATI (Agência de Tecnologia da Informação)

Rede: Telemar, Siemens e Vectra.

Hardware: Rede Wlan - Cisco; Configuração da rede Rede MPLS, com serviços de dados, Voz sob IP e vídeo conferência.

Software: Aplicativos - o centro de operação da rede usa vários software de gerenciamento (Cisco, Pegasus, Siemens, entre outros).

www.ati.pe.gov.br

A Bahia põe a cidadania no mapa

O GeoPortal foi idealizado para ser uma rede de provedores de dados e serviços, que oferece facilidades para armazenagem e entrega de metadados, funcionando também como uma ferramenta de busca de dados geográficos e de documentos. O projeto conceitual, desenvolvido pela Prodeb (Companhia de Processamento de Dados da Bahia), mostra que é possível, a partir da implementação do portal, acessar, de forma interativa, os serviços baseados em dados geográficos já coletados e produzidos sobre o Estado da Bahia. “De forma simples, é possível definir o GeoPortal como um *website* composto por uma ferramenta para identificação de metadados e uma ferramenta de cartografia interativa, que se constitui numa base para o fornecimento de serviços de e-Gov e para o desenvolvimento de processos cooperativos entre diferentes organismos estatais, setor privado e academia, contribuindo para habilitar o cidadão a compreender e interferir nas ações a serem realizadas sobre o território”, descreve a coordenadora do projeto Maria Célia Furtado Rocha.

A primeira fase do projeto, o desenvolvimento do conceito, durou seis meses e custou R\$ 60 mil. Nessa etapa, a Prodeb pôde dimensionar a primeira versão da aplicação em pontos de função, estimados em 556, com as funcionalidades de busca e entrega de dados e metadados, criação de mapas, gestão de conteúdo, gestão de usuários, segurança de acesso e ferramentas de informações e notícias. Segundo Maria Célia, o prazo previsto para implementação da primeira versão é de seis meses, e os custos, com aquisição de software, são estimados em R\$ 160 mil.

O trabalho de desenvolvimento do portal foi liderado pela Prodeb e teve a participação da Secretaria de Planejamento, da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e da Universidade Federal da Bahia. A idéia é que cada parceiro da rede desempenhe um ou mais papéis, seja como provedor de dados e serviços, seja como administrador de conteúdo ou administrador do portal. À Prodeb caberá a função de hospedar e manter os serviços da aplicação, a SEI será responsável por prover dados e administrar as informações publicadas no GeoPortal,

autorizando o acesso a *download* e *upload* de dados. As demais organizações utilizam o serviço da aplicação para publicar metadados, permitem o *download* de dados geográficos através do GeoPortal ou de outros servidores de dados, além de oferecer serviços baseados em localização.

A implementação do portal será gradativa.

“Inicialmente, o dado a ser publicado poderá localizar objetos, fenômenos, eventos e serviços no âmbito de atuação do governo estadual. Em seguida, deverá incorporar dados referentes à atuação dos governos municipal e federal, da academia e do setor privado, constituindo um conjunto de dados básicos exigidos pela Infra-Estrutura de Dados Espaciais do Estado da Bahia”, conta Maria Célia.

A Internet será usada como o principal meio de acesso aos metadados e dados espaciais e o GeoPortal dará suporte à busca, visualização e acesso aos dados com base em padrões e protocolos aceitos nacional e internacionalmente. A aplicação deverá agregar novas funcionalidades e serviços de maneira evolutiva. A arquitetura será escalável para acomodar um número crescente de usuários e provedores de dados, metadados e serviços.

Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia (Prodeb)

Projeto: GeoPortal do Estado da Bahia

Parceiros: Secretaria de Planejamento, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI) e Universidade Federal da Bahia.

Tempo de desenvolvimento conceitual: seis meses

Tempo de implementação (previsto): seis meses

Custo: R\$ 60 mil (projeto conceitual) e R\$ 160 mil (estimado para a aquisição de solução proprietária, incluindo software).

www.prodeb.gov.br

www.seplan.ba.gov.br

www.sei.ba.gov.br/index.php

Minas usa a tecnologia para preservar a memória cultural

Uma das maiores coleções de fósseis, descoberta pelo cientista Peter Lund, no século 19, na região de Lagoa Santa, em Minas Gerais, está em exposição em um museu da Dinamarca. Naquela época, não havia uma legislação específica determinando que os fósseis são bens da União e parte do patrimônio cultural (só estabelecida na Constituição de 1988), o que facilitou a evasão de peças raras, parte da história brasileira, ao exterior. Para mudar esse cenário e iniciar um processo de memória cultural, foi criada a primeira Rede Nacional de Paleontologia do país, cuja sede está localizada na cidade de Uberaba, no bairro de Peirópolis, um dos sítios de escavações mais ricos do mundo. O projeto, encabeçado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais, instalou 13 salas de videoconferência para transmissão instantânea de dados, voz e imagem pela Internet, que estão espalhadas por 11 Estados: Acre, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Bahia – onde foram mapeados mais de 700 sítios paleontológicos –, Minas Gerais, Mato Grosso, Rio de Janeiro e São Paulo.

Com isso, a Secretaria pretende não só organizar as pesquisas paleontológicas e evitar a evasão clandestina de peças, mas estimular os estudos e a produção intelectual nessa área do conhecimento. E o conceito de rede se estabelece pela adoção da TI como meio de integrar de forma ágil, flexível e descentralizada os profissionais e alunos. Todos os pontos da rede, abrigados em instituições de pesquisa e ensino, estão conectados e gerando informações e conhecimentos por meio do portal da rede (www.redepaleobrasil.org.br). Pelo portal é possível fazer denúncias anônimas para indicar ocorrências de tráfico do patrimônio.

E baseada na premissa de que o país que não estuda o passado, não pode conhecer o presente e não pode planejar o futuro, a rede, que está em funcionamento há seis meses, é responsável pelo primeiro inventário das peças encontradas nas jazidas fossilíticas locais. Esse catálogo será transformado em um banco de dados único, que poderá ser compartilhado por profissionais e estudiosos e consultado pela população e estudantes.

O projeto foi concebido também para apoiar um ecossistema sustentável no seu entorno, que prevê a ampliação dos trabalhos de escavação; o turismo cultural e científico – denominado Caminhos do Saber – para impulsionar a economia das regiões onde se encontram os sítios de escavação; a formação de profissionais capacitados para a criação de réplicas completas dos dinossauros brasileiros; o desenvolvimento de um mapeamento das ocorrências de fósseis; a criação de paleotecas, espaços destinados a receber crianças. Para criar e implementar a rede foram necessários dois anos de desenvolvimento e investimentos de R\$ 6,2 milhões – com recursos do Ministério de Ciência e Tecnologia e contrapartida de R\$ 1,2 milhão do governo de Minas Gerais. Além do governo de Minas e do MCT, participaram do projeto a Finep, a Câmara dos Deputados e a Prefeitura Municipal de Uberaba.

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais

Projeto: Rede Nacional de Paleontologia

Parceiros: Meta 3 (*datacenter*), Universidade Federal de Belo Horizonte e Prefeitura de Uberaba (projeto).

Integrador: Solução de videoconferência - Siemens

Hardware: Audio e vídeo de comunicação - Policom (fabricante); Switches - Cisco; Scanner de documentos - Elmo Presentation; Processadores dos *desktops* - Intel.

Software: Tecnologia e desenvolvimento do portal - Unique Net (Minas Gerais); Ferramenta de busca do portal - desenvolvido pela Faculdade de Administração e Informática de Santa Rita (MG); Sistema operacional (servidores e *desktops*) - Software Livre Fedora; Banco de dados - MySQLD; Rede - RNP; Links adicionais - Telemar e Embratel.

www.redepaleobrasil.org.br

A receita de Jundiaí para modernizar a gestão

Em Jundiaí, município do interior de São Paulo, a Tecnologia da Informação está no centro das mudanças da gestão pública para imprimir transparência nos serviços prestados para o cidadão. Para tanto a prefeitura iniciou, em 2005, a reestruturação da Companhia de Informática de Jundiaí (Cijun), empresa de economia mista cujo maior acionista é o município. A nova orientação da Cijun, que passou a ser o órgão centralizador das tecnologias adotadas pelos órgãos da administração, é fruto do alinhamento com os planos de Governo Eletrônico e de Inclusão Digital. Nesse cenário, a Cijun ficou incumbida de, por meio da TI, transformar a prefeitura, encabeçando a implementação de métodos para simplificar as rotinas de trabalho, desburocratizar processos e procedimentos administrativos. Na pauta, a companhia coordena a adoção de soluções que garantam as diretrizes máximas da administração municipal: crescimento, governabilidade, foco na gestão pública e qualidade na prestação dos serviços.

Para a estruturação da máquina pública, a Cijun, desde o ano passado desenvolveu e está implementando cerca de 50 projetos, entre eles o de Government Resources Planning (GRP). Denominado SIIM (Sistema Integrado de Informações Municipais), o sistema proprietário da Cijun contém dez módulos principais de gestão: governo, público, financeiro, orçamentário, social, trânsito, administrativo, de educação, de saúde e de obras. Com a plataforma que conta com mais de 40 sistemas que orbitam em torno dos módulos principais, a prefeitura já está trabalhando na consolidação do cadastro único dos 350 mil habitantes. A visão única do cidadão já está funcionando nas áreas de educação, saúde e habitação.

No novo formato operacional, a companhia passa a ser o órgão regulador e certificador de Tecnologia da Informação. Uma das primeiras medidas foi modernizar a infra-estrutura e adotar sistemas de gestão como o de compras, chamado Compras Abertas, que diminuiu, em média, 22% o custo das compras feitas pela prefeitura e trouxe transparência

para os processos licitatórios. A Cijun está encarregada também de informatizar todas as áreas da prefeitura, estruturar o cadastro dos patrimônios mobiliários municipais, desenvolver um sistema de avaliação permanente dos serviços prestados e implementar o Portal eGoverno Jundiaí.

Na área de Inclusão Digital, a prefeitura adotou o Programa Computador para Todos, que visa democratizar o acesso da população carente a computadores e Internet e capacitar para o uso da informática. A prefeitura criou o Acesso Jundiaí, laboratórios com oito equipamentos conectados, localizados nos terminais municipais de transporte público. São seis laboratórios em funcionamento – sendo um do Acesso São Paulo do Estado de São Paulo – que atendem 30 mil usuários por dia.

O parque de TI de Jundiaí, gerido pela Cijun, hoje é composto por 42 servidores, 6,9 mil computadores e impressoras, 87 links de comunicação e 147 pontos de acesso discado, 424 serviços na Internet, 822 contas de correio eletrônico e 133 gigabytes de volume de dados.

Companhia de Informática de Jundiaí (Cijun)

Projeto: Governo Eletrônico

Parceiros: BR Connection, Fox Telecomunicação & Internet, G&P - Gennari & Peartree Projetos e Sistemas, HB Global Tecnologia da Informação, Ingram Micro, Kaizen Consultoria e Serviços em Informática, Magna Consultoria e Sistemas, Masterdom Consultoria e Informática, NEC Solutions, Paradigma, PriceWaterhouseCoopers, Positivo Informática, Spread Teleinformática, Telefônica e Yoshitec Informática.

Hardware: Servidores - Sun, Dell, IBM, HP e NEC; Switches - 3Com e Cisco; Storage - Sun.

Software: Sistemas operacionais - Sun, Microsoft e Linux; Aplicativos - Paradigma; Banco de dados - IBM e Microsoft; Ambiente de colaboração - IBM; Segurança - Trend Micro e CheckPoint.

www.jundiai.sp.gov.br